

GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO OITOCENTOS: os casos da *Assembleia do Bello Sexo e do Congresso Feminino*

Laura Junqueira de Mello Reis*

RESUMO: O objetivo desse artigo é analisar os debates apresentados em duas publicações pertencentes as séries *Assembleia do Bello Sexo* e *Congresso Feminino* que foram editadas no jornal *A Marmota na Corte* (1849-1852) e no *Periódico dos Pobres* (1850-1856), respectivamente. As publicações possuíam o formato de uma assembleia onde reuniam-se um grupo de mulheres que debatiam determinados assuntos, as temáticas apresentadas nesses artigos abordaram a questão racial e a concepção de *emancipação feminina* no oitocentos; para analisá-las utilizamos a teoria metodológica concernente a gênero que busca compreender a história das mulheres no século XIX a partir de uma interseção entre gênero, raça e classe.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Imprensa; Rio de Janeiro; Século XIX.

Gender, race and class in the 1800s: the cases of the *Assembleia do Bello Sexo* and the *Congresso Feminino*

ABSTRACT: The objective of this paper is to analyze the debates presented in two publications belonging to the series ‘*Assembleia do Bello Sexo*’ and ‘*Congresso Feminino*’ that was published in the newspapers ‘*A Marmota na Corte*’ (1849-1852) and in the ‘*Periódico dos Pobres*’ (1850-1856), respectively. The publications had the format of a panel where a group of women who debated given subjects, the themes presented in these articles approached the racial issue and the concept of women’s emancipation in the 19th century; to analyze them, we used the methodological theory concerning gender that seeks to understand the history of women in the 19th century from an intersection between gender, race and class

KEYWORDS: Gender; Press; Rio de Janeiro; XIX Century.

Género, raza y clase en el siglo XIX: los casos de la *Assembleia do Bello Sexo* y el *Congresso Feminino*

RESUMEN: El objetivo de este artículo es analizar los debates presentados en dos publicaciones pertenecientes a las series ‘*Assembleia do Bello Sexo*’ y ‘*Congresso Feminino*’ que fueron publicadas en los periódicos ‘*A Marmota na Corte*’ (1849-1852) y ‘*Periódico dos Pobres*’ (1850-1856), respectivamente. Las publicaciones tenían el formato de una asamblea que se reunía un grupo de mujeres que debatían ciertos temas, las temáticas presentadas en estos artículos abordaban la cuestión racial y el concepto de emancipación femenina en el siglo XIX; Para analizarlos, nos utilizamos de la teoría metodológica sobre género que busca comprender la historia de las mujeres en el siglo XIX desde una intersección entre género, raza y clase.

PALABRAS CLAVE: género; prensa; Rio de Janeiro; siglo XIX.

*Mestre em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é doutoranda em história na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Endereço de contato: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 9º andar, Maracanã, CEP: 20943-000, Rio de Janeiro–RJ, Brasil. E-mail: laurajunqueiramreis@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2110-3987>.

O objetivo deste artigo é compreender, a partir de uma perspectiva de gênero, as relações sociais e de poder postas nas *Assembleia do Bello Sexo* e *Congresso Feminino* publicadas na imprensa oitocentista. Optamos por analisar dois artigos de cada uma dessas séries que foram editadas, respectivamente, na *Marmota na Corte* e no *Periódico dos Pobres*, a escolha por essas publicações se deu a partir das temáticas que foram abordadas: relacionamento interracial e emancipação feminina no Oitocentos. Acreditamos, após uma longa análise, que tais discussões são características das relações de poder construídas na sociedade do século XIX e podem ser demonstrativas de fatores sociais concernentes a gênero, classe e raça.

No entanto, antes de focarmos diretamente nas publicações é necessário contextualizarmos e explicarmos os periódicos em que os textos foram publicados. Para isso, tomamos a história da imprensa como um aporte teórico fundamental na discussão posta nesse momento.¹ É essencial entendermos que os jornais utilizados como fonte deste trabalho eram dedicados ao público feminino e tiveram amplo alcance, ao menos na cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX.

Começemos pelo periódico *A Marmota na Corte*. *A Marmota na Corte* teve sua publicação inaugural datada em 07 de setembro de 1849, era redigida pelo baiano Próspero Ribeiro Diniz² e editada na tipografia de Francisco de Paula Brito.³ Voltada para o público feminino, não era uma leitura exclusiva das mulheres, mas tinha uma série de publicações destinadas ao chamado *bello sexo*. A folha saía cerca de duas vezes por semana, às terças e às sextas-feiras, era editada com 04 páginas e custava, inicialmente, 80 réis, o que poderia caracterizá-la como um periódico barato.⁴

No entanto, mesmo que fosse um jornal barato, o número de analfabetos do período era significativo⁵, portanto, seu principal público leitor consistia em mulheres que, se não possuidoras de grande quantia monetária, ao menos tinham conhecimento da leitura e escrita, o que, no século XIX, poderia ser encarado como um fator distintivo. Esse periódico permaneceu com tais características até 1852, ano em que Próspero Diniz saiu da redação do jornal e Paula Brito assumiu a redação da folha, para além da edição que já lhe pertencia. Logo, *A Marmota na Corte* foi publicada até 1864, no entanto, com título, preço e demais aspectos modificados; todas transformações passadas pela folha foram necessárias seguindo as mudanças estruturais vivenciadas pelo jornal.

O Periódico dos Pobres apresentava muitas características semelhantes *A Marmota na Corte*, mas mais do que tais similaridades, o *Periódico dos Pobres*, por vezes, compartilhava

matérias idênticas aos artigos publicados na *Marmota*. Era um jornal que também se autoproclamava direcionado ao público feminino, entretanto, era lido por ambos os sexos. Apesar das conformidades, o valor de custo era bem distinto, considerando que o *Periódico dos Pobres* cobrava metade do valor, ou seja, apenas 40 réis. Logo, entendemos que, assim como exposto no próprio nome do jornal, ele era, de fato, uma folha direcionada a um público menos privilegiado financeiramente. No mais, também saía duas vezes por semana, era editado com 04 páginas, redigido e editado por Antônio Maximiliano Morando.⁶

Caracterizados como uma imprensa feminina, ambos jornais, como vimos, eram editados, redigidos e pertencentes a homens. O mais próximo que chegaram de uma escrita realizada por mulheres foi a colaboração de algumas senhoras que compartilhavam poesias e prosas com a redação das folhas. Tais periódicos também se aproximaram do público feminino a partir dos textos a serem analisados neste trabalho, considerando que ambos artigos lidam com questões pertinentes ao universo feminino e que, de acordo com as prerrogativas oitocentistas, interessariam as leitoras desses periódicos.

Contudo, é fundamental apontar que, apesar de termos identificado alguns textos escritos por mulheres nas folhas em questão, os artigos apresentados nesse ensaio foram publicados sem autoria em ambos jornais, não sendo possível, portanto, determinar quem seriam seus autores. No entanto, a ausência da autoria não interfere na importância dos textos e no significado da publicação de tais conteúdos; haja vista que o que buscamos explorar mais profundamente nesse artigo são os argumentos expostos nessas composições.

Outra característica compartilhada pelos jornais e que é necessário frisarmos remete-se ao público leitor dessas folhas. Conforme afirmamos acima, os dois jornais eram voltados para as mulheres, todavia, é preciso destacarmos quais mulheres eram leitoras assíduas de periódicos em meados da década de 1850 no Brasil. Para tanto, concluímos que a leitura feminina estava crescendo no período – o que explica a grande quantidade de jornais voltados para o público feminino que surgiu nessa época⁷ – porém, nos perguntamos: quem seriam essas mulheres?

Posto isso, sabemos que uma das maneiras possíveis para se descobrir os leitores de um determinado periódico é o acesso a lista de assinantes, entretanto, tais listas não existem, o que inviabiliza nosso acesso a essa fonte; por consequência, não possuímos diretamente os nomes das/dos assinantes. Logo, é preciso considerarmos outras possibilidades para que possamos conhecer o tipo de mulheres leitoras das folhas aqui trabalhadas. Para isso, nos atentemos as/aos colaboradoras(es) desses periódicos.

A maioria dos escritores apresentados em ambas folhas eram homens. Contudo, conseguimos localizar algumas escritoras e colaboradoras femininas que compartilhavam escritos com tais periódicos. Tanto esses homens como as mulheres eram, em sua maioria, brancas(os), assim como também eram leitoras(es) dos jornais. Sendo assim, e considerando as adversidades características do século XIX, como a alta taxa de analfabetismo, a escravidão e a dificuldade de acesso à educação para os indivíduos negros, podemos concluir que a maioria dos leitores d'*A Marmota na Corte* e do *Periódico dos Pobres*, eram sujeitos brancos, e na maior parte, composta por mulheres.

Portanto, não é de espantar que as publicações aqui analisadas recaiam sobre a condição de sujeitos – homens e mulheres, mas em sua maioria, mulheres – brancos. As publicações apresentadas teceram reflexões sobre as relações interraciais e emancipação feminina do Oitocentos a partir de uma perspectiva branca. Assim sendo, as conclusões alcançadas pelas mulheres em questão trazem uma carga social que representa sua raça e classe. Como consequência, os textos nos permitem debater a respeito de uma relação de poder estruturada no século XIX e que era determinada pelo gênero, raça e classe.⁸

Atualmente, grande parte dos trabalhos acadêmicos que abordam gênero como categoria analítica em uma perspectiva metodológica compreendem que é fundamental desenvolver uma análise respaldada também nos conceitos de raça e classe. Isso porque, ao final do século passado e princípios do século XXI, começou-se a refletir a respeito da necessidade de estudar os objetos de análise partindo dessa perspectiva, considerando que qualquer que seja o objeto e/ou sujeito a ser estudado passa por condições relativas ao seu gênero, raça e classe e que são determinantes no decorrer de suas histórias, como nos casos analisados nesse artigo. Logo, trabalhos que compreendam a importância dessa tríade conquistaram um espaço significativo no meio acadêmico, a exemplo dos célebres textos de Ângela Davis, Sueli Carneiro, kimberlé Crenshaw, entre outras. Na contemporaneidade, o conceito interseccional e uma interpretação dos fatos a partir de tal prisma adquiriu uma certa notoriedade.

Tomamos, nesse ensaio, uma perspectiva interseccional. A autora estadunidense kimberlé Crenshaw é a principal expoente dos estudos sobre interseccionalidade. O termo, cunhado pela autora, compreende que as concepções analíticas de gênero devem sempre levar em consideração que as relações sociais também são estruturadas a partir das noções de raça e classe; nesse sentido, para analisarmos gênero é fundamental que tenhamos em vista que não é possível fazer tal análise sem pensar na raça e classe dos indivíduos e situações a serem

estudadas.⁹ Com base nessa teoria, construímos as interpretações dos textos que serão mais profundamente analisados em seguida.

Assembleia do Bello Sexo

No dia 22 de janeiro de 1850 foi publicada pela primeira vez no jornal *A Marmota na Corte*, logo na primeira página do periódico, um artigo denominado *Assembleia do Bello Sexo*, sua composição era feita sob um diálogo entre diversas mulheres. De acordo com o dicionário de Moraes e Silva, o significado de assembleia no século XIX era: “Junta de pessoas convocadas em determinado lugar para divertimento, e convivência. Ou para consultarem negócio sério”.¹⁰ Efetivamente, o conteúdo dessa publicação tratava-se de uma espécie de reunião, onde as mulheres debatiam tópicos deliberados no princípio do encontro.

Tendo em vista a existência de dados sobre a assembleia apenas nos jornais, constatamos que esta reunião era fictícia, e tratava-se de uma publicação dos periódicos com o intuito de agradar seus leitores(as). No entanto, mesmo que não houvesse acontecido tais reuniões, é representativo que essas publicações estivessem presentes na *Marmota*. Pelo fato das *Assembleias* terem nos instigado, buscamos, em perspectiva interdisciplinar, compreendê-las; a partir dessa noção, constatamos que as *Assembleias*, como postas nos jornais do século XIX, tratavam-se de um gênero literário que compôs, em algumas edições, a *Marmota*.¹¹ A figura 1 é demonstrativa da forma como as *Assembleias* eram apresentadas.

Apesar de toda estrutura diferenciada, o que mais despertou a atenção foi o conteúdo das discussões travadas entre as personagens femininas que compuseram essas reuniões e que debatiam os mais variados assuntos. A estrutura desse estilo de publicação estava pautada em uma semelhança nas Assembleias Legislativas. Assim como essas, tinham horário pontuado para seu início, um assunto a ser debatido que era chamado de “ordem do dia”, os membros presentes discutiam sobre essas temáticas e apresentavam, ao final da reunião, uma decisão a ser tomada a fim de solucionar o problema colocado.

Os temas – deliberados no início do encontro – compreendiam desde temáticas relacionadas à participação feminina na política e à consumação forçada de matrimônios, até assuntos triviais do dia a dia, a exemplo das músicas que deveriam ser tocadas nos bailes, dos domingos que deveriam ser guardados para descanso e do hábito do fumo entre as senhoras e os homens. Percebemos que os temas, mesmo que as *Assembleias* fossem fictícias, eram

Figura 1: Recorte do jornal *A Marmota na Corte*.

Fonte: *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed38, 22 de janeiro de 1850.

assuntos que estavam sendo discutidos na sociedade oitocentista, a exemplo dos domingos a serem guardados. As variações das temáticas desenvolvidas ao longo das publicações são amplas e por tratarem de temas referentes ao dia a dia dos brasileiros podem nos demonstrar uma maneira de compreensão do cotidiano dos sujeitos presentes nos ambientes em questão.

Apesar de não ter nenhum ponto em específico que se repetisse, dito de diversas maneiras, a questão da condição feminina era um tópico que estava mais frequentemente em pauta. Fosse tratada estreitamente na condição de liberdade para as mulheres, fosse abordada em assuntos como casamento e separação. As participantes estavam constantemente debatendo assuntos que poderiam interessar as leitoras dos jornais.

Para a discussão proposta neste artigo, tratamos da *Assembleia* publicada na *Marmota* e representada na figura 1, em que o debate transpôs a respeito de questões raciais. A discussão, que fez parte da primeira página do jornal, pautava um conteúdo sobre traição. O marido de Clemência¹²— homem branco - havia traído sua esposa – mulher branca - com uma mulher negra, que na publicação foi chamada de *beleza da cor da noite* e *beleza de Guiné*. A partir do

conteúdo discutido nessa publicação, compreendemos uma relação de poder tipicamente estruturada na relação entre homens brancos, mulheres brancas e mulheres negras.

Dado o fato que teria acontecido, as mulheres começavam a conversar sobre o assunto. Posto isso, várias senhoras colocavam seus pontos de vista sobre o caso, incluindo algumas que não se importavam com as traições, como Lúcia: “uma mulher que come, bebe, passeia e se diverte; que se importa que o marido faça e aconteça?”¹³; e outras que condenavam o ato. Mesmo que certas mulheres aceitassem a infidelidade, todas condenavam este caso de adultério, já que ele havia sido realizado com uma mulher negra. Nesse sentido, é possível constatar que, para as senhoras participantes deste debate, a traição não era um problema, o que, de fato, as incomodava era a mulher em questão ser de uma raça, considerada por elas, inferior.

Nas suas falas é possível percebermos o desgosto referente a raça da mulher com qual o marido de Clemência se relacionava. Entre diversos adjetivos utilizados alguns eram *bella cor da noite* para a mulher e *porcalhão* alusivo ao homem. Nesse sentido, o discurso de Eudóxia, uma das mulheres presentes na *Assembleia* é significativo:

Que um homem tivesse duas e três amantes, isso poder-se-ia talvez tolerar; mas que se enfeitice por uma beleza de Guiné, que troque o dia pela noite!...eis aqui o que não pode a comissão aprovar; eis aqui o mais escandaloso e terrível de todos os procedimentos!¹⁴

A partir da fala dessas senhoras também constatamos um exemplo de como o ideário de feminilidade se distinguia conforme a condição de classe e raça das mulheres.¹⁵ O que era permitido as mulheres brancas, como ser dócil e frágil com os homens, era encarado de forma diferente quando se refletia nas condições das mulheres negras; tal como apresentado na publicação: “Qual a *deputada*¹⁶ que não tenha visto como essas *negrinhas* passam mesmo pela barra da gente arrastando a chinela? Oh desaforo!”¹⁷

Camilla Cowling, em seu livro, discorreu a respeito do ciúme feminino constado a partir das relações das mulheres brancas com suas escravas. Em razão da criação de uma suposta rivalidade entre as mulheres, construía-se sistemas cruéis e punições severas que foram instituídas no vínculo estabelecido entre as mulheres de diferentes raças.¹⁸ Representativa de fatores sociais, as *Assembleias* colocavam em pauta assuntos que eram cotidianamente parte da vida social dessas mulheres, consoante com questões tangentes ao ciúme das mulheres brancas em relação as mulheres negras.

Essa publicação nos revela sobre as questões raciais pertinentes na sociedade oitocentista e nos demonstra a necessidade da análise interseccional no que tange os estudos

de gênero do Oitocentos.¹⁹ Nesse sentido, percebemos que, notadamente, as mulheres brancas se identificavam mais com os homens de sua cor, do que com outras mulheres que pertenciam a uma diferente ordem social e racial. E, por isso, destacamos novamente o quanto é necessário pensarmos no gênero e sua intersecção com classe e raça, só assim é possível compreender de forma completa as relações estabelecidas entre mulheres cuja raça e classe eram diferentes entre si.

No mais, é preciso considerarmos o contexto em que o texto foi publicado. Esse artigo foi editado na *Marmota* em 1850, período em que o tráfico de escravos foi proibido e que as ideias de progresso e civilização estavam em voga.²⁰ A saída dessa espécie de texto no periódico pode estar vinculada ainda com a noção de instrução atribuída aos jornais do século XIX, haja vista que os argumentos postos ao longo de seu conteúdo revelam uma distinção entre negros e brancos e uma construção de uma estruturação na noção de uma não-relação entre raças. Ainda mais se consideramos que de acordo com Eudóxia a *Assembleia do Bello Sexo* não havia aprovado a solicitação de debate apenas porque o marido de Clemência “passe os dias e noites fora de casa; mas sim, por ser sua bela cor da noite.”²¹

Nesse sentido, segundo Pesavento, “embora a trama seja, em si, criação absoluta do autor, busca atingir este efeito de apresentar uma versão também plausível e convincente”²², além da literatura ser demonstrativa de costumes e hábitos do período, podendo ser encaradas como fontes de pesquisa. As concepções postas em textos literários são representativas de demandas sociais. Consideramos ainda que o texto selecionado foi publicado em um jornal que era consumido, em sua maioria, por mulheres brancas.

Na década de 1850 os literatos estavam pensando e produzindo conteúdos relativos à civilidade e progresso da nação, refletindo a respeito da identidade nacional. No desenvolvimento dessa identidade relegou-se aos negros o lugar de atraso junto as condições postas na escravidão. Também podemos considerar que as personagens da narrativa estavam criticando as noções de mestiçagem – que resultaria da relação entre a mulher negra e o marido de Clemência, partindo do princípio que “as raças constituíram fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo o cruzamento, por princípio, entendido como um erro.”²³

Assim sendo, essa publicação revela o lugar social legado as mulheres negras a partir da percepção da discussão estabelecida entre as mulheres brancas, determinando uma diferenciação racial. No mais, também revela o jornal e as/os escritoras/es partícipes como fundamentais na construção da concepção que encara os periódicos como um dos principais educadores sociais do século XIX:

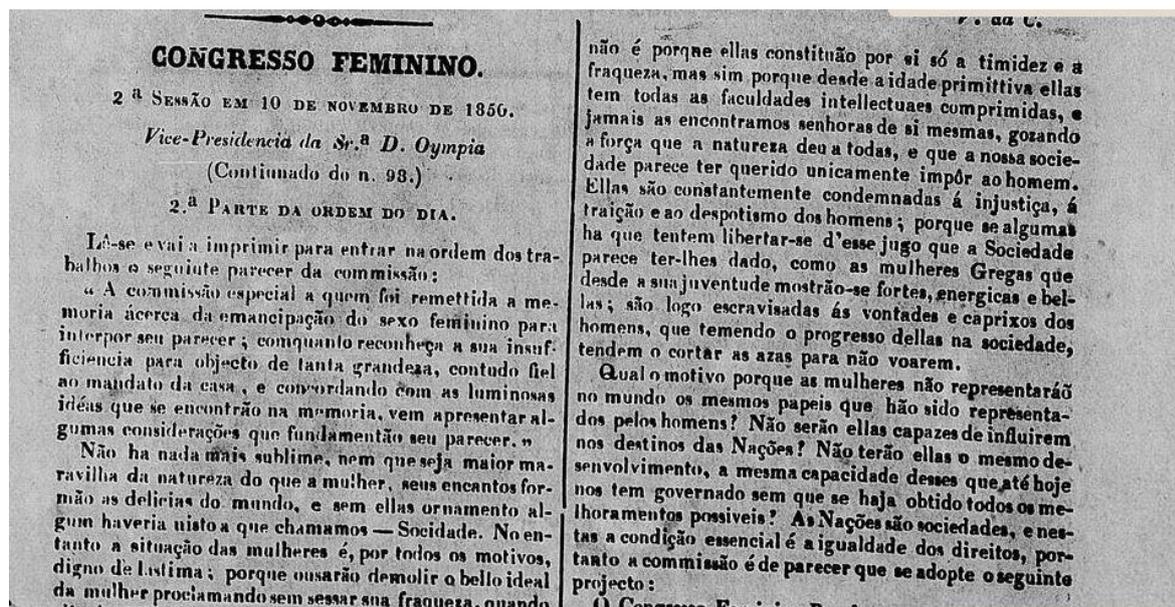
A imprensa ensina, educa, dirige, inspira. A moral de um povo – escreve modernamente Delafosse – depende primacialmente do que ele lê. O livro e o jornal são educadores. Eles animam os sentimentos, despertam as suas ideias, modelam a sua consciência: criam-lhe, numa palavra a alma.²⁴

Dessa forma, o jornal buscava educar seu público leitor, instruindo as mulheres brancas a se portarem de determinadas maneiras ao momento em que vivenciassem uma situação semelhante.

No tópico apresentado a seguir, abordaremos o outro ponto a ser discutido neste artigo: o *Congresso Feminino*. Com questões equivalentes as temáticas abordadas na *Assembleia do Bello Sexo*, esse modelo de texto foi mais assiduamente publicado no *Periódico dos Pobres* e era constantemente comentado no jornal. Outra série editada na mesma folha, a *Conversa de Primiinhas*, compartilhava, a cada edição, diversas opiniões contrárias ou favoráveis ao assunto que havia sido debatido no *Congresso* anterior. Refletindo ainda sobre a noção do jornal como molde instrutivo da sociedade oitocentista, a publicação a ser analisada a seguir, certamente, levou às mulheres leitoras os ideais de emancipação, ainda que também compartilhasse, na mesma edição, posições contrárias a emancipação feminina.

Congresso feminino

No que se refere ao *Congresso Feminino* ele foi publicado pela primeira vez no *Periódico dos Pobres* em novembro de 1850. Com características semelhantes a *Assembleia do Bello Sexo*, o *Congresso Feminino* também se tratava de um encontro onde reuniam-se mulheres e estas discutiam questões concernentes a uma determinada temática que ainda seria explorada. A grande diferença estabelecida entre o *Congresso* e as *Assembleias do Bello Sexo* é que, ao final, as mulheres presentes no *Congresso* tomariam algumas propostas tangentes ao assunto debatido. Essas propostas seriam algo semelhante a um projeto de lei, que será mais profundamente explorado em seguida. A figura 02, publicada abaixo, representa a forma como o *Congresso Feminino* foi apresentado no jornal.

Figura 02: Recorte do *Periódico dos Pobres*

Fonte: *Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed99, 10 de dezembro de 1850.

Nesse Congresso em questão foram discutidos pontos referentes, ao que se tratava por *emancipação feminina*.²⁵ A maioria das participantes do Congresso Feminino entendiam que as mulheres tinham a mesma competência dos homens, em qualquer sentido e em qualquer nação do mundo, por isso apresentaram propostas tangentes a esta *emancipação*:

O Congresso Feminino resolve:

Art.1º fica desde já proclamada à emancipação social do *bello sexo*.

Art.2º As mulheres serão chamadas para influírem nos destinos das nações de que fazem parte.

Art. 3º Haverá igualdade... [inelegível]... Para ambos os sexos, sem que nenhum possa gozar mais do que os outros.

Art.4º Ficam revogadas as disposições ao contrário.²⁶

Partindo do preceito de que as nações são sociedades e que as sociedades deveriam estabelecer direitos iguais a todos os indivíduos, as mulheres determinaram os *artigos* apresentados acima. A partir do que foi estabelecido nessa publicação, seria garantido ao *bello sexo* mais do que igualdade, mas também o poder de influir no destino das nações a que pertenciam; as mulheres influenciariam em um poder público, deixando a concepção que estabelecia o privado como um lugar socialmente feminino.²⁷

Ressaltamos que, apesar de solicitarem igualdade entre as mulheres e os homens, não é mencionado em nenhum momento dessa publicação questões relacionadas a racialidade desses sujeitos. Como vimos anteriormente, as escritoras e leitoras desses jornais eram,

majoritariamente, brancas e, portanto, essa emancipação social e igualdade de direito apresentadas no texto do *Congresso Feminino* também eram fundamentalmente brancos.

Apesar de imaginarmos que tal debate só teriam pontos favoráveis as ações emancipatórias em prol da liberdade, apareceram, ao longo da publicação, mulheres que se apresentaram contra esses ideais. Adelaide argumentou que essa perspectiva era irreal:

A teoria da emancipação do sexo feminino é completo absurdo: é ilusão que fascina as cabeças de meia dúzia de *dândis*, e que tem sabido encaixá-la nas de algumas do *bello sexo*. É teoria que jamais pode ser adotada na prática [...]

Seria uma desgraça para nós mesmo que passasse semelhante lei. O luxo tem tanta analogia com as mulheres e tantos atrativos para elas, que seria ele a coisa do aniquilamento do *bello sexo*, porque uma vez chamando as mulheres a dirigir os destinos de uma nação, o luxo se teria de apoderar dela e tudo se corromperia, porque as mulheres abusariam do que estava à sua disposição e para servir a sua vaidade tudo sacrificariam! Eu não desejo chamar, para dar à minha argumentação toda a força, os antigos tempos bem que podiam servir de modelo, porque o luxo é tão antigo como o mundo.

O *bello sexo*, senhoras, é incapaz de influir os destinos de uma nação qualquer e isto seria uma necessidade logo que a emancipação fosse declarada.²⁸

De acordo com a teoria apresentada por essa senhora, essa noção era uma ideia de poucos homens e que havia encantado algumas poucas mulheres. Na concepção de Adelaide a emancipação jamais poderia alcançar a prática, apesar de estar presente na teoria. Em sua perspectiva, as mulheres assumiriam, assim que possível, a ideia de influenciar nos destinos de uma nação e os luxos, característicos das mulheres, impediriam que elas tomassem decisões corretas.

A partir da percepção de Adelaide já percebemos a raça e classe as quais essas mulheres pertenciam. Isso porque, a condição luxuosa das mulheres, a qual essa senhora se refere, não seria possível de se identificar em mulheres de baixas condições financeiras e negras, que eram, em sua maioria, escravas. No mais, a fala de Adelaide não deve surpreender os leitores do século XXI, já que é plausível de se refletir que as noções de emancipação não eram aceitas por todas as mulheres oitocentistas.

Em defesa ao *bello sexo*, Ritinha afirmou que no meio de todo esse luxo havia mulheres que não gostavam de tanta ostentação, citando como exemplo as romanas que, segundo ela, sacrificariam com alegria suas joias para o bem público. Assim, percebemos que as mulheres cuja defesa de dava em prol da *emancipação feminina*, poderiam estar dispostas a abrir mão de seus luxos em favor da causa.

Ao passo que Adelaide respondeu:

Como, senhoras, pode o nosso sexo desprezar todas essas coisas amáveis e úteis que multiplicam os prazeres da sociedade para em troca receber os encargos penosos que da emancipação lhe resultaria? E depois como não andariam as mulheres de erro em erro desconfigurando aquilo que tão dignamente foi decretado pelo Supremo Arquiteto do Universo! Uma vez emancipado o *bello sexo*, e que na Sociedade os direitos e garantias fossem iguais perante a lei, teríamos de ver a política consumindo aquele que Deus parece haver criado para gozar somente as doçuras e prazeres da vida...²⁹

As noções ressaltadas por Adelaide são concernentes a feminilidade branca acreditada pelos sujeitos oitocentistas, cuja criação divina havia estabelecido como pertencentes as mulheres “as doçuras e prazeres da vida” e aos homens a política e tudo mais de encargo que isso pudesse trazer. Logo, novamente, a fala de Adelaide nos sugere a exclusão das mulheres negras do debate. Mesmo que as afirmações dessa senhora sejam contrárias a emancipação, são fundamentais para compreendermos para quais mulheres a discussão estava sendo pautada.

Enquanto Adelaide era completamente contra a emancipação, as demais senhoras procuravam demonstrar argumentos favoráveis. Novamente, Ritinha apareceu para defender esse projeto, declarando que as mulheres sofriam insultos diários e por isso mereciam a emancipação; em contrapartida, Adelaide rebateu afirmando que os insultos eram puramente verdadeiros. Em outubro de 1851, Ritinha protestou:

Qual será o motivo, senhoras, porque as mulheres não representarão os mesmos papéis que representam os homens? Este tem bastante desenvolvimento, bastante inteligência e bastante capacidade para de sua influência resultar todos os melhoramentos possíveis, do que o que temos obtido até o presente.

Vivemos em sociedade, e a base destas, e sua condição essencial é a igualdade de direitos: porque desta igualdade resulta benefícios e destes benefícios o bem geral das nações que é a mãe da sociedade (muito bem, muito bem. É necessário que nos libertemos desse julgo que parece que pesa sobre nós, mas que uma vez sacudido, conheceremos que somos tudo, e que como tal capazes de tudo).

Trabalharemos com afinco, que colheremos resultados, porque é necessário que conheçamos que devemos alterar aquilo que até hoje parece ter servido a lei. É necessário que conheçamos que essa lei do forte e domínio não é exclusivo de alguém, a natureza estendeu a todos; e todos tem direito às garantias que dela emanam.³⁰

Em sua fala, Ritinha afirmou que as mulheres eram tão fortes quanto os homens e que por isso deveriam ter o mesmo direito que lhes é concedido. Anteriormente, declarou desejar que as mulheres e os homens representassem os mesmos papéis, pois ambos tinham inteligência e capacidade para influenciar a nação em aspectos favoráveis. Para tanto, sua fala também nos faz refletir sobre a condição das mulheres negras nesse momento, considerando que o trabalho escravo, por vezes, não distinguia homens de mulheres e ambos trabalhavam

no mesmo tipo de ocupação, principalmente nos serviços no campo, em que era exigida muita força física.³¹ Assim, esse ponto novamente nos demonstra a cor dessa emancipação.

Em meio as premissas extremas apresentados por Adelaide – completamente contra – e Ritinha – inteiramente a favor –, também estiveram presentes no *Congresso Feminino* mulheres que traziam no cerne de seus argumentos ideais de um projeto com ideias mais moderadas e com noções mais amenas do que seria uma emancipação feminina. Esse foi o caso do discurso de Paula Cândida:

Eu quisera que este projeto fosse aprovado, isto é, queria a emancipação do *bello sexo*, mas com certas restrições. Não quisera que nós marchássemos tão aceleradamente. Vamos devagar senhoras – Roma não se fez em um dia. [...] Há necessidade urgente de que o nosso sexo grite liberdade; mas essa liberdade está em nós mesmo. Nós é que devemos nos mostrar por nossos feitos que estamos habilitados para tudo. [...] Apresente-se mulheres de feitos nobres: apareçam, influam em qualquer coisa; trabalhe uma Senhora para ser deputada, entre numa chapa, faça a sua cabala, e uma vez colocada na sala legislativa, grite, faça guerra e um ministério, ou adule; que terá emancipado o nosso sexo. Outra entre nas combinações ministeriais: seja ministra; outra vá argumentar um batalhão de mulheres, marche com ele para o Sul, pratique aí feitos de heroísmo, que a nossa emancipação será proclamada. Fora disto é tudo aparato, e nós queremos obras, e não palavras. Apresente-se o *bello sexo*, goze das garantias que são de todos, e não haverá necessidade lei alguma.³²

Assim sendo, o discurso de Paula Cândida ganhou apoio das mulheres presentes. Suas noções de imposição da força feminina através de atitudes, também excluía do debate as mulheres pobres e negras que já estavam, há anos, apresentando suas habilidades nos espaços públicos, tendo em vista que precisavam do trabalho para sobreviverem. No entanto, a afirmativa de Paula Cândida traz uma novidade: participação feminina na política. É o primeiro discurso que foca nisso, ao momento que afirma “trabalhe uma senhora para ser deputada”; ainda assim ressaltamos que é um argumento excludente no que se refere a raça e classe, afinal, se nem mesmo as mulheres que prosperavam nas perspectivas financeiras e que eram brancas, conseguiam ser deputadas, quiçá uma mulher pobre, que era tida como inferior as demais senhoras.

Ao meio desses trechos, é certo que entre os discursos postos no *Congresso Feminino*, uma noção se fez mais presente nos argumentos pró emancipação: a igualdade de direitos. Sendo esta a base para se viver, qual então seria o sentido das mulheres terem menos direitos que os homens? Nesse sentido, o discurso de Ritinha nos levou aos conceitos concernentes aos ideais do liberalismo, na noção de que todos deveriam ter os mesmos direitos, e no qual em muito a emancipação feminina se baseava. Conforme observado Carla Passos:

O pensamento liberal se tornou base na análise das convicções libertárias para a crítica *feminista*³³ da primeira geração e forneceram instrumentos teóricos que favoreceram a insurreição de um pensamento feminista em mulheres que ousaram pôr em dúvida a lógica da exclusão e da ‘permanente’ fragilidade feminina e assim, criticar as imposições de uma sociedade sexista.³⁴

Esse discurso liberal, apesar de na teoria proclamar direitos iguais entre todos, além de excluir as mulheres, também deixava de lado aqueles que não pertencessem a classe social e raça cuja discussão estava pautada. Assim sendo, a emancipação feminina proclamada no *Periódico dos Pobres* tinha gênero, cor e raça.

Conclusão

Concluimos que a emancipação feminina e o relacionamento interracial suscitaram discussões pertinentes entre essas senhoras participantes da *Assembleia do Bello Sexo* e do *Congresso Feminino*. Para tanto, é fundamental ressaltarmos que ambas as discussões nos remetem a situações referentes as problemáticas de classe e raça que não podem, de maneira alguma, caminharem distantes das discussões de gênero. Ainda mais se consideramos que tais debates estão inseridos em uma sociedade escravocrata, tendo em vista a condição do Brasil no século XIX.

A situação e a percepção postas na primeira parte do artigo, ao momento que debatemos a respeito da traição cometida por um homem branco ao relacionar-se com uma mulher negra, nos trouxe um evidente exemplo da segregação que o gênero acomete quando deparado com diferenciações tangentes a classe a raça. Ainda que seja uma publicação do século XIX, suas noções e preconceitos diante de uma relação interracial podem ser sentidas até mesmo nos ambientes contemporâneos onde se é estabelecido relações sociais. Consideremos a noção, tão abordada atualmente, a respeito da solidão da mulher negra.³⁵

No que se refere a segunda parte desse trabalho, percebemos que a discussão sobre emancipação abordou, em diversos momentos, condições concernentes a liberdade. Liberdade essa sendo trabalhada em variados aspectos, mas principalmente, no âmbito educacional, político e no universo do trabalho. Assim sendo, conseqüentemente, exclui-se dessa discussão as mulheres negras e pobres. Considerando que, as mulheres negras, em meados da década de 1850, eram, em sua maioria, mulheres escravizadas e, portanto, não possuíam nenhum tipo de liberdade. Exclui-se dessa discussão também as mulheres brancas que não possuíam boas condições econômicas, considerando que estas precisavam ser trabalhadoras. Assim sendo, elas já frequentavam o universo do trabalho, mesmo que esse fosse, de certo modo,

prejudicial e desfavorável às mulheres. A necessidade financeira vinha antes da emancipação social pregada nos periódicos em questão.

Nesse sentido, a exclusão relativa à classe e raça das colocações postas pelas mulheres na imprensa carioca da década de 1850 pode muito nos dizer sobre questões relacionadas as noções de emancipação feminina, até mesmo no século XXI. Isso porque, tal exclusão comentada nesse artigo, é refletida até na emancipação feminina contemporânea e nos atuais discursos feministas que circulam nos meios sociais do início do século. Esses textos, pequenos exemplos diante de uma imensidão de acontecimentos, demonstram que a história tem muito a nos ensinar. Foram esses ideais, abordadas nos artigos em questão, que auxiliaram a construir um ideário de emancipação feminina cuja a vertente é, por si só, excludente.

Notas

¹NEVES, Lúcia Maria. B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (Org.) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. 1.ed. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006. OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiae*, Porto Alegre, Ed FURG, v.2, n.3, p. 125-142, 2011. MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos feministas*, Florianópolis, Ed UFSC, v.11, n.1, p. 225-233, 2003. MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. 1.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial*, Editora Hucitec, São Paulo, 2005.

²Próspero Diniz (1820-1852) nasceu na Bahia, onde começou sua carreira como colaborador de jornais, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1849, em razão de problemas políticos. Durante sua estadia na Corte inaugurou o periódico *A Marmota na Corte*, em semelhança ao jornal que trabalhava na Bahia; residiu por um curto período de tempo na capital, já que seu pai faleceu ainda em 1849 e Diniz regressou à Bahia para poder cuidar de sua mãe. O redator morreu em 1852 devido a uma enfermidade de peito. Para saber mais sobre Próspero Diniz ver em: REIS, L. J. M. Próspero Diniz: redator e colaborador na imprensa oitocentista. In: ANPUH, n.30,2019, Recife. *Anais Anpuh*, Recife, 2019. P. 1-13.

³Francisco de Paula Brito (1809-1861) nasceu no Rio de Janeiro e começou a trabalhar com jornais por influência de seu tio, que era dono de uma tipografia. Casou-se na Corte, teve filhos e continuou trabalhando e editando jornais; Próspero Diniz, quando se mudou para o Rio de Janeiro, optou por editar seu jornal com Paula Brito e o mesmo continuou a editar e redigir o periódico após a morte de Diniz. Na década de 50, inaugurou aquela que viria a ser uma das maiores tipografias do Império: *a Dous de Dezembro*. Em razão de um projeto ambicioso viu sua tipografia falir, mas não desistiu de continuar com seu empreendimento, trabalhou nisso até sua morte, em 1861. Sua esposa, Rufina Rodrigues da Costa, continuou exercendo as atividades de tipografia e edição que eram realizadas por seu falecido marido. Para saber mais sobre Francisco de Paula Brito ver mais em: GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. 1.ed. São Paulo: Edusp, 2016.

⁴De acordo com Marco Morel 80 réis por um jornal era um valor tão ínfimo que até mesmo um escravo de ganho poderia pagar. MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. 1.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

⁵LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. Org. Carla Bassanegi Pinsky. São Paulo: Contexto. 2005. P. 111-153.

⁶DUARTE, Constância L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX*. 1.ed. dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

⁷Vide o *Jornal das Senhoras*, a própria *Marmota na Corte* e o *Periódico dos Pobres* e demais jornais criados em outras províncias brasileiras.

⁸Quando tratamos de questões sobre gênero, classe e raça, nos baseamos na discussão posta no livro *Mulheres, Raça e Classe* de Angela Davis. DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁹CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, Ed UFSC, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

¹⁰SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa*. 6.ed. Rio de Janeiro: Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1858.

¹¹Sobre a interdisciplinaridade entre história e literatura ver mais em: PESAVENTO, Sandra Jathy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Ed. Universidade de Coimbra, v.21, n.1, p. 33-57, 2000. PESAVENTO, Sandra Jathy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

¹²Ressaltamos que tratamos as mulheres apenas pelo primeiro nome pois é assim que é colocado na fonte e, portanto, não temos acesso aos sobrenomes.

¹³A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed38, 22 de janeiro de 1850.

¹⁴A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed38, 22 de janeiro de 1850.

¹⁵COWLING, Camilla. *Concedendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Trad. Patrícia Ramos Gemerias, Clemente Penna. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

¹⁶Nessa série de publicações as mulheres referiam-se uma as outras como deputados, de forma como se tivessem, de fato, em uma sessão da Assembleia dos deputados.

¹⁷A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed38, 22 de janeiro de 1850

¹⁸COWLING, Camilla. *Concedendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Trad. Patrícia Ramos Gemerias, Clemente Penna. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

¹⁹Para saber mais sobre o conceito de interseccionalidade ver em: CRENSHAW, Kimblé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, Ed UFSC, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

²⁰Para entender mais sobre as noções de progresso e civilização nesse contexto, ver em: STAROBINSKI, Jean. “A palavra “civilização”. In: STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. Tradução Maria Lúcia Machado. 1.ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2001. p. 11-56. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996a. AZEVEDO, A. N. de. *As noções de progresso do Império à República: transformações recônditas em uma mesma terminologia*. *Outros Tempos*, São Luís, Ed UEMA, v. 13, n. 22, p.69-88, 2016.

²¹A *Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed38, 20 de janeiro de 1850.

²²PESAVENTO, Sandra Jathy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Ed. Universidade de Coimbra, v.21, n.1, p. 33-57, 2000. P. 57.

²³SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 58.

²⁴SOBRINHO, Barbosa Lima. *O problema da imprensa*. 1.ed. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923. p. 26.

²⁵Mais adiante retomaremos essa ideia para entendermos o significado de emancipação feminina para essas mulheres oitocentistas.

²⁶*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed99, 10 de dezembro de 1850.

²⁷Sobre as mulheres e a discussão entre público e privado ver mais em: MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

²⁸*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed116, 11 de outubro de 1851.

²⁹*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed116, 11 de outubro de 1851.

³⁰*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed117, 14 de outubro de 1851.

³¹Sidney Chalhoub destaca em sua obra os trabalhos exercidos pelas mulheres e os homens no campo e a semelhança nesses trabalhos. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. 1.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

³²*Periódico dos Pobres*, Rio de Janeiro, ed118, 16 de outubro de 1851.

³³Colocamos o termo feminista em itálico considerando que não acreditamos que podemos tratar as mulheres da década de 50 do século XIX como feministas, considerando o sentido atual do termo.

³⁴PASSOS, MS Carla Christina. A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento liberal. In: FAZENDO GÊNERO, n.2, 2010, Santa Catarina. *Anais Fazendo Gênero*, Santa Catarina, Ed UFSC, 2010. P. 1-11. P.09.

³⁵Ver mais em: PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*. 1.ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

Referências

AZEVEDO, A. N. de As noções de progresso do Império à República: transformações recônditas em uma mesma terminologia. *Outros Tempos*, São Luís, EdUEMA, v. 13, n. 22, p.69-88, 2016.

CARNEIRO. Sueli e SANTOS, Tereza. *Mulher negra*. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina/Nobel, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996a.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. 1.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

COWLING, Camillia. *Concedendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Trad. Patrícia Ramos Gemerias, Clemente Penna. 1.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

CRENSHAW, Kimblé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, EdUFSC, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani.1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Constância L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX*. 1.ed. dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. 1.ed. São Paulo: Edusp, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial. 1.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. 1.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos feministas*, Florianópolis, Ed UFSC, v.11, n.1, p. 225-233, 2003.

NEVES, Lúcia Maria. B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (Org.) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. 1.ed. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiae*, Porto Alegre, Ed FURG, v.2, n.3, p. 125-142, 2011.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*. 1.ed. Salvador: ÉDUFBA, 2013.

PASSOS, MS Carla Christina. A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento liberal. In: FAZENDO GÊNERO, n.2, 2010, Santa Catarina. *Anais Fazendo Gênero*, Santa Catarina, Ed UFSC, 2010. P. 1-11.

PESAVENTO, Sandra Jathy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jathy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Ed. Universidade de Coimbra, v.21, n.1, p. 33-57, 2000.

REIS, L. J. M. Próspero Diniz: redator e colaborador na imprensa oitocentista. In: ANPUH, n.30, 2019, Recife. *Anais Anpuh*, Recife, 2019. P. 1-13.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *O problema da imprensa*. 1.ed. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa*. 6.ed. Rio de Janeiro: Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1858.

STAROBINSKI, Jean. “A palavra “civilização”. In: STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. Trad. Maria Lúcia Machado. 1.ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2001. p. 11-56.